

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

ATA N.º 5 | 2021/2025

Sessão Extraordinária de 02 de junho de 2022

--- Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim em sessão extraordinária, no edifício do Salão sessão extraordinária, no edifício da Junta de Gondomar (S. Cosme), pelas vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- A – Período da Ordem do Dia -----

--- 1 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município para as Juntas/ Uniões de Freguesia do domínio da limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; ---

--- 2 – Apreciação e votação da alteração do quadro de pessoal para o ano de 2022. -----

--- C – Período Depois da Ordem do Dia | Período Aberto ao Público -----

--- A Senhora Presidente da Mesa abriu a sessão pelas 21 horas e 33 minutos. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa procedeu à verificação dos deputados presentes: -----

Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira; Pedro Miguel Soares da Silva; Cátia Alexandra Rocha dos Santos Gregório; Manuel Fernando Martins Marques; José Luís Gonçalves Oliveira; Ana Sofia Cardoso Bandeira; Luis Filipe Ramos Fernandes; Pedro Miguel dos Santos Ferreira; Defensor de Oliveira Sousa (em substituição de Daniel Filipe Torres Monteiro); Raquel Susana Valente do Rego; José Miguel Pereira Torres; Vitor Cândido Coelho Guerra (em substituição de Manuel Pinto Alves); Joana Sofia de Sousa Figueiredo; Maria Olinda Soares Moura; Patrícia Inês Costa da Silva (em substituição de Sílvio Daniel da Silva Carvalho); Maria de Lurdes Pinto; Albertina do Carmo Félix Miranda Ferreira; José Diogo Coelho Amaral; Manuel Moreira de Castro; Alexandra Maria Lopes de Oliveira Mendes (ausente no início da sessão) e Marlene Sofia de Sousa Santos. -----

--- Verificaram-se as ausências dos/as Deputados/as Daniel Filipe Torres Monteiro (PS), que apresentou justificação e em sua substituição esteve o Sr. Deputado Defensor de Oliveira Sousa e Sílvio Daniel da Silva Carvalho (PS), que apresentou justificação e em sua substituição tomou posse a Deputada Patrícia Inês Costa da Silva (PS), esta última tendo tomado posse e assinado o termo de identidade e legitimidade. -----

--- Confirmada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia iniciou saudando todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

--- A – Período da Ordem do Dia -----

1 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município para as Juntas / Uniões de Freguesia do domínio da limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; ---

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para, se assim pretendesse, fazer a apresentação daquela informação ou fornecer explicações que entendesse pertinentes. -----

--- O Senhor Presidente do Executivo, explicou que a concessão dos serviços de limpeza da CMG à Rede Ambiente termina em 31-07-2022 e que a CMG está a preparar um concurso internacional para o efeito, mas as juntas disponibilizaram-se para realizar este serviço. -----

--- Entende que o serviço de varredura prestado pela Rede Ambiente é deficitário e que a Junta consegue fazer melhor, pelo que se disponibilizou para que essa competência fosse transferida. Tal decisão foi conversada e aprovada na reunião Executivo da Junta e comunicada à CMG. Após vários meses de análise de custos, não só com a CMG como dentro do próprio Executivo da UFGVJ, seguiram-se as negociações com a CMG e foi alcançando um consenso quanto aos valores inerentes a esta transferência de competências. Refere, ainda, que irá ser um desafio e uma aprendizagem. Diz que o momento e o hiato de tempo que irá mediar até ao início da atividade não é o ideal, pois é necessário não só a obtenção de meios humanos, como técnicos. A proposta apresentada pela CMG foi com base num estudo realizado e acha que a tarefa será mais e melhor executada pelas juntas uma vez que no caso da UFGVJ terão o dobro das pessoas a fazer a tarefa. -----

--- Intervieram os/as Deputados/as Diogo Amaral (IL); Pedro Ferreira (BE); Olinda Moura (CDU); José Luís Gonçalves (PSD) e Vítor Castro (PS). -----

--- Dada a palavra ao Deputado Diogo Amaral (IL) foi por este dito que as ruas têm de ser limpas e que a Rede Ambiente poderia fazer mais e melhor; referiu também que a CMG procede a esta transferência de competências apenas para despachar para a juntas algo que não quer fazer. No que toca ao facto de serem necessários o dobro dos funcionários para executar esta tarefa é preciso ter em atenção que também será o dobro da despesa. Questiona se a transferência do dinheiro será célere e eficaz por forma a permitir o pagamento de salários. Acrescentou, ainda, que em representação da IL irá votar contra. -----

--- Dada a palavra ao Deputado Pedro Ferreira (BE) referiu que o BE é favorável à transferência de competências porque entendem que se conseguirá combater alguns dos problemas de gestão e de qualidade de serviço. Contudo, deixa algumas questões ao executivo, nomeadamente, se acha que as verbas a transferir pela CMG são suficientes? Se vai melhorar qualidade de vida dos fregueses? Questiona qual a razão de ser dos contratos a termo certo? -----

--- Seguidamente foi dada a palavra à Deputada Olinda Moura (CDU), que disse que a CDU sempre foi contra a concessão de serviços que são da competência das autarquias locais para empresas privadas. Refere que a concessão penaliza as populações pois uma empresa visa o lucro, mas o lucro não pode ser com aquilo que é da população. Diz, também, que a transferência de competências deveria abarcar

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

os mercados e feiras, que por lei é uma competência da junta, mas a CMG não aceita. Refere, ainda, que os resíduos sólidos deveriam ser da competência da CMG, pois o serviço é deficitário e a higiene dos equipamentos não é realizada. Afirma, de forma categórica, que a Rede Ambiente presta um mau serviço. Alerta o Executivo que a gestão vai ter de ser muito rigorosa e recomenda que se façam levantamentos exaustivos e constantes do estado das coisas e que se mantenha uma negociação constante com a CMG e desta se exijam os recursos financeiros. Declarou que a CDU irá votar a favor da transferência de competências e procedeu à leitura da declaração de voto. -----

--- Finda esta intervenção foi pela Senhora. Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Deputado José Luís Gonçalves (PPD/PSD) o qual referiu que leu a documentação enviada e ficou preocupado e quando ouviu a explicação por parte do Senhor Presidente da Junta ficou muito preocupado. Diz que o que hoje é apresentado só tem um caminho que é a aprovação, pois se não for aprovado no dia 01 de agosto 2022 não haverá limpeza das ruas. E se uma das Assembleias de Freguesia não aprovar a transferência de competências? É que a proposta apresentada pela CMG é global para as sete freguesias e uniões de freguesia. Se não aprovar, no dia 01 de agosto não haverá ninguém a limpar as ruas. Diz que se trata de um atropelo à Democracia a forma como estas questões são apresentadas às Assembleias de Freguesia. Ficou ainda mais preocupado quando percebeu, pela explicação introdutória do Senhor Presidente da UFGVJ que nem ele sabe muito bem o que aí vem. Sabemos que é uma tarefa nova, mas que a junta não faz ideia do serviço que vai ter pela frente. Os encargos vão ser colossais, porque a Junta não tem nada ao nível de equipamentos e terá de adquirir os equipamentos necessários para desempenhar as competências a transferir. Outra das preocupações com que ficou foi no caso de a competência não ser cumprida ou sê-lo de forma defeituosa a CMG pode proceder à reversão negócio pelo que é legítimo questionar o que é que a Junta fará aos 25 (vinte e cinco) ou 26 (vinte e seis) que irá contratar. São despedidos? Solicitou que o Senhor Presidente do Executivo indicasse qual o investimento que esperam fazer e se foi pensada uma solução no caso de uma eventual reversão. -----

--- Pelo grupo parlamentar do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto. -----

--- Dada a palavra ao Deputado Vítor Castro (PS) foi por este dito que a transferência de competência será um desafio para a UFGVJ, mas é com agrado que vê esta competência voltar para a autarquia e descentralizado na junta. Questiona o Senhor Presidente do Executivo se a limpeza da feira semanal e a limpeza durante as festas do concelho foram tidas em conta. -----

--- Findas as intervenções foi pela Senhora Presidente da Mesa dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para responder às questões que lhe foram dirigidas. -----

----- O Senhor Presidente do Executivo disse que os pagamentos estão todos feitos, pagam com pontualidade aos fornecedores, tudo isto é feito através de uma gestão cautelosa e cumpridora. Refere

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

que a Junta não vive uma situação faustosa, mas está tranquilo quanto aos pagamentos. Admite que vai ser uma tarefa árdua, não tem a certeza qual será o resultado, o que sabe é que vai fazer melhor do que o que está. Relativamente à contratação de pessoal há funcionários da Rede Ambiente que lhe transmitiram que irão concorrer. No que diz respeito ao armazém refere que ainda não está contratado, mas já o foram ver e que está apalavrado. Irão manter o atual armazém e que este novo será um armazém mais central. Indica que durante o presente mês ou no próximo irá trazer à Assembleia de Freguesia um orçamento retificativo tendo em consideração a alteração do orçamento por força da transferência de competências e consequente transferência de verbas. Acredita que com a quantia que foi acordada com a CMG será possível de gerir a competência transferida. No que diz respeito à recolha de resíduos sólidos, acha que não está pior. Refere que muitas vezes a indisciplina no estacionamento não permite que a recolha seja realizada, mas quanto à limpeza de contentores diz que não é boa, contudo que é melhor que há 5/10 anos. -----

--- Respondendo à questão da possibilidade de poder haver outras competências que venham a ser transferidas diz que as negociações com a CMG vão continuar. -----

--- No que toca à questão sobre o que é que acontece se alguma junta não assumir a transferência de competências refere que aí terá de ser a CMG a assumir. -----

--- Admite que os prazos para aceitação das competências a transferir é apertado, bem como é apertado o prazo para abertura de concurso, mas que estamos em Portugal. O português deixa sempre para a última. -----

--- Relativamente à questão de uma possível reversão do contrato de transferência de competências acredita que se houver essa reversão a CMG assumirá os trabalhadores. -----

--- Diz que não tem dúvidas que vão trabalhar melhor e que o serviço de limpeza das ruas será mais bem executado que até aqui. Diz, também, que vai cumprir a lei no que toca aos pesticidas, mesmo tendo em conta que aqueles que a lei permite a utilização são bastante mais caros. No que respeita ao número de trabalhadores acredita que vai ter o número suficiente para cumprir a tarefa de forma eficiente. -----

--- Relativamente à limpeza das ruas refere que vai dar prioridade a Valbom e Gondomar, sem qualquer tipo de desprimor para Jovim, esta última freguesia quase não terá varredura, será feita de acordo com as necessidades e dimensão da freguesia. -----

--- No que diz respeito à feira semanal e às festas do concelho diz que vai ter cuidado com esta situação, que terão de ser criadas equipas para o efeito, nomeadamente uma equipa para limpeza logo após o fim da feira para evitar que o lixo se espalhe. -----

--- Neste momento foi pelo Deputado Manuel Marques (PPD/PSD) pedida a palavra para uma breve questão sobre a limpeza do Pavilhão Multiusos e de quem será a responsabilidade da mesma, bem como se o pessoal que está pensado para a tarefa será suficiente para suprir as necessidades de

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

limpeza não só a normal como quando existem eventos e o Multiusos tem de ser limpo até às 7h00. Se haverá pessoal suficiente para se fazer turnos? -----

--- O Senhor Presidente do Executivo referiu que o interior do Pavilhão Multiusos será da responsabilidade da CMG, sendo que o exterior, sendo público será da Junta, mas havendo eventos será de se conversar com a CMG. Para agora não estão pensadas equipas por turnos, o grosso do pessoal trabalhará das 8h00 às 14h00, mas será uma aprendizagem. -----

--- O Deputado Pedro Ferreira (BE) solicitou à Mesa a palavra só para interpelar o Senhor Presidente do Executivo sobre a questão colocada por este grupo parlamentar relativamente aos trabalhadores a termo certo e qual a razão subjacente à contratação neste regime contratual e que não foi respondida pelo Senhor Presidente. -----

--- Prontamente, o Senhor Presidente do Executivo referiu que há que haver algum cuidado na contratação de pessoal por não saber muito bem o que se vai passar. A pretensão do Executivo da Junta é que seja dada a possibilidade de se contratarem vinte (20) funcionários, mas no imediato, se aprovado pela AF, vai abrir contrato para quinze (15) funcionários e ficam com os restantes em bolsa. --

--- Colocada à votação, foi aprovada por maioria com 13 (treze) votos a favor (9 PS, 2 CDU e 2 BE); 6 (seis) abstenções (5 PPD/PSD e 1 CDS-PP) e 1 (um) voto contra (IL)-----

--- Pelo grupo parlamentar do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto. -----

--- Neste momento apresentou-se a Deputada Alexandra Mendes (CH). -----

--- 2 – Apreciação e votação da alteração do quadro de pessoal para o ano de 2022. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para uma breve explicação sobre este ponto. -----

--- O Senhor Presidente da Junta no uso da mesma disse que pretendia no dia de amanhã enviar toda a documentação para que seja publicado o aviso de concurso para contratação dos primeiros quinze (15) funcionários. Diz que segundo a lei para poder contratar terá de ter cabimento orçamental para o efeito e neste momento não o tem. -----

--- Diz que neste momento tem ocupadas 45 (quarenta e cinco) pessoas e estão a propor a contratação de mais 31 (trinta e um) funcionários, mas que o farão de forma gradual. Mais informou, que existem seis (6) trabalhadores com emprego apoiado e já começaram a fazer a passagem para contratos por tempo indeterminado, sendo que para 2 (dois) desses trabalhadores que terminaram os dois anos em 31 de maio de 2022, já tiveram a anuência da Segurança Social para estender o apoio por mais dois anos, mas terão de passar para contrato a termo incerto. Face às alterações que serão necessárias refere que na reunião de setembro trará um orçamento retificativo para poder ter cabimento

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

orçamental para poder proceder à contratação do restante pessoal e assim será necessária nova alteração ao mapa de pessoal. -----

--- Intervieram os Deputados Luís Fernandes (CDU); Vítor Guerra (CDS-PP) e José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- O Deputado Luís Fernandes (CDU) disse que a CDU irá votar a favor neste ponto para se poder colmatar as necessidades que vão aparecendo, mas que há que combater os contratos precários. Salienta que o grupo parlamentar da CDU não dispõe de dados suficientes para afirmar que a contratação destes 21 (vinte e um) funcionários será suficiente para os desafios que estão a ser lançados, sendo que a CDU estará atenta a uma possível necessidade no reforço de contratação e a seu tempo terá posição sobre isso. -----

--- Por este deputado foi solicitado esclarecimento sobre o mapa de pessoal anexo e a forma correta da sua leitura, pois daquilo que conseguiu alcançar só se encontram refletidos, em comparação ao mapa aprovado em anterior reunião, um número de 18 (dezoito) funcionários e não dos 21 (vinte e um) que a proposta refere. Foi, igualmente, questionada qual a natureza do vínculo dos 21 (vinte e um) funcionários a contratar. -----

--- O Deputado Vítor Guerra (CDS-PP) disse que a Junta afirma que vai tentar cumprir um contrato com regras específicas, mas de repente contratar 21 (vinte e uma) pessoas por tempo indeterminado seria de louvar o esforço que o Executivo irá fazer, mas será algo temerário. Tal como estabelece no Código do Trabalho sendo uma atividade nova poderia começar por contratar a termo certo, pois ninguém sabe como será e o que acontecerá e pegando nas palavras do Deputado José Luís Gonçalves, em anterior intervenção, o contrato a ser outorgado é bastante específico e a CMG se quiser vai encontrar falhas da Junta para proceder à reversão do contrato, porque vai haver falhas. -----

--- O Deputado José Luís Gonçalves (PPD/PSD) disse que não consegue perceber como é que a Junta numa atividade nova irá proceder à contratação sem termo quando há pessoas que já estão a prestar os seus serviços à Junta, em atividades que a Junta sempre teve desde o 25 de Abril e estão contratados a termo certo. Alerta para a desigualdade de tratamento entre pessoas que desempenham a mesma função e tarefa, o que juridicamente será algo complicado. -----

--- Questiona o Senhor Presidente do Executivo porque é que a Junta só irá proceder à contratação de 21 (vinte e um) funcionários quando a CMG indica que deverão ser 25 (vinte e cinco) as pessoas a contratar para a função. Alguém terá de trabalhar pelas 4 (quatro) pessoas que faltam. -----

--- Questiona, também, como é que o Executivo da Junta vai conseguir assegurar a competência a partir do dia 1 de agosto tendo em consideração que só vai proceder à abertura do concurso para a contratação de 15 (quinze) funcionários, quando deveriam ser 25 (vinte e cinco). Alerta que muita da limpeza vai ficar por fazer. Referiu que a ser aprovada será para 21 (vinte e um) funcionários, se a Junta

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

decide contratar apenas 15 (quinze) depois não há bolsa, terá de haver novo concurso para contratação dos restantes. Referiu, ainda, que não sabe como é a que a Junta vai contratar pessoas sem dinheiro, pois só haverá dinheiro depois do que o que hoje foi aprovado no ponto 1 e o contrato ter sido assinado é que o dinheiro será transferido, pelo que se impõe questionar de onde virá o dinheiro?-----

--- Aqui chegados, a CDU através da Deputada Olinda Moura solicita a palavra para exercer o direito de resposta. Contudo, aproveitando a oportunidade começa por dizer que na proposta está prevista a contratação de 21 (vinte e um) funcionários, no mapa de pessoal só aparecem 19 (dezanove) funcionários, mas que o Senhor Presidente na sua explicação diz que só irá contratar 15 (quinze). Refere que são muitas coisas novas que estão a aparecer nesta discussão. Se a explicação que o Senhor Presidente da Junta usou para só contratar 15 (quinze) funcionários e não os 21 (vinte e um) é a falta de cabimento orçamental, questiona como vai contratar 15 (quinze), pois também não tem cabimento orçamental para estes. Quanto ao mapa anexo o mesmo tem de ser arranjado porque o mapa está mal, tendo esta Deputada explicado onde entende se encontra o erro no mapa de pessoal. -----

---- Relativamente às considerações feitas pelo Deputado José Luís Gonçalves refere que a CDU defende que se um trabalhador é necessário para determinada função ou atividade deve ter um vínculo efetivo. -----

--- Adverte que na CDU só aprovará este ponto se o quadro do mapa de pessoal for corrigido e as dúvidas devidamente esclarecidas, caso contrário a CDU não aprovará este ponto. -----

--- Finda as intervenções dos Deputados foi pela Senhora Presidente da Mesa concedida a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para responder às questões colocadas. -----

--- Pelo Senhor Presidente do Executivo foi dito que não tem quase ninguém contratado a termo no quadro da Junta e que se o mapa tem algum erro compromete-se a, na próxima reunião, trazer o mapa de pessoal corrigido e atualizado. -----

--- Tendo em consideração a discussão que se gerou relativamente à questão do mapa de pessoal foi feito um esclarecimento por parte da Senhora Presidente da Mesa relativamente ao que a Assembleia de Freguesia era chamada a discutir e votar, tendo sido por esta dito que os pontos da ordem de trabalhos são meras sínteses do que vai a votação e que no caso em concreto do ponto 2 o que a Assembleia de Freguesia é chamada a votar é a criação de 21 postos de trabalho, a tempo indeterminado, para as funções melhor descritas na nota explicativa constante da documentação anexa à Convocatória para a presente reunião. -----

--- Findas as intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou a votação este ponto da ordem de trabalhos, tendo sido **aprovado por maioria** com 11 (onze) votos a favor (PS e BE) e 10 (dez) abstenções (PPD/PSD, CDS-PP, CDU, IL e CH).-----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GANDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- Pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e CDU foram apresentadas declarações de voto. -----

--- C – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA | PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO -----

--- Não se registaram intervenções. -----

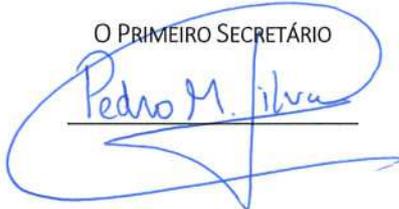
--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida a minuta da ata, que colocada a votação, pela Senhora Presidente da Mesa, foi aprovada por unanimidade. -----

--- A sessão foi encerrada eram vinte e três horas e doze minutos. -----

A PRESIDENTE DA MESA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



A SEGUNDA SECRETÁRIA

